



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

A FADA ENFADONHA: O LIVRO INFANTIL E A ADOÇÃO PELO PNBE

Milena Vargas dos Santos Ferreira

Rio de Janeiro – RJ

02/2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

A FADA ENFADONHA: O LIVRO INFANTIL E A ADOÇÃO PELO PNBE

Milena Vargas dos Santos Ferreira

Relatório técnico apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro

Rio de Janeiro – RJ

02/2011

A FADA ENFADONHA: O LIVRO INFANTIL E A ADOÇÃO PELO PNBE

Milena Vargas dos Santos Ferreira

Relatório técnico apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Produção Editorial.

Aprovado por

Prof. Dr. Paulo Cesar Castro – orientador

Prof. Dr. Mário Feijó Monteiro

Prof. Dr^a Maria Teresa Bastos

Aprovada em:
Grau:

Rio de Janeiro/ RJ
2011

FERREIRA, Milena Vargas dos Santos.

A fada enfadonha: o livro infantil e a adoção pelo PNBE/ Milena Vargas dos Santos Ferreira – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2011.

57 f.

Relatório técnico (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2011.

Orientação: Paulo César Castro

1. Literatura infantil. 2. PNBE. 3. Produção de livro. I. CASTRO, Paulo César (orientador) II. ECO/UFRJ III. Produção editorial IV. *A fada enfadonha: o livro infantil e a adoção pelo PNBE*.

Para meus pais, que acreditam em tudo o que eu faço na vida. Para André, que me acompanha, sempre. Para Livia, que se empolga com as palavras.

AGRADECIMENTOS

Tenho uma dívida de gratidão com o professor Mário Feijó, cujas aulas primeiro me estimularam a seguir o curso de Produção Editorial. A ele também sou grata pelo encorajamento e pelos bons conselhos. Sei que já disse isso um milhão de vezes, mas convém repetir aqui: Obrigada, Mário.

A meu orientador, Paulo César Castro, agradeço a atenção, a paciência, as boas dicas para o projeto e, sobretudo, o conhecimento em Photoshop e InDesign. Sem suas aulas da graduação, este trabalho certamente não poderia ser realizado.

À professora Teresa Bastos, que me acompanhou durante as aulas de Projeto Experimental II, agradeço as dicas valiosas.

Sem o apoio, suporte e admiração de meus pais, eu não seria quem sou. Por isso, muito obrigada, queridos. A minha irmã, agradeço as horas de descanso e a tolerância com a louça na pia. É bom quando você está lá. Obrigada. A toda a minha família, sou grata pelos natais, pela convivência, pela formação. Vocês me deram muito.

A Ludmila Almendra e a Ricardo Bresciani, agradeço a confiança em meu trabalho e a disponibilidade para ouvir minhas opiniões. Obrigada por me receberem e por não se importarem em desperdiçar vários fins de semana com este projeto. Lu, agradeço sobretudo a você, que escreveu e ilustrou essa obra linda que agora, se tudo der certo, vai ganhar o mundo.

A André Mucci, meu amor, sou grata pela amizade. Os últimos meses foram difíceis, e você sempre esteve ali para me ouvir reclamar do cansaço. Obrigada por me chamar para o cinema, por me levar pra comer pizza, por me fazer ver o mundo.

A meus sogros, agradeço as portas sempre abertas. Desde o início, significou muito me sentir bem-vinda. Obrigada também pelas viagens, os papos, a boa comida e a boa música.

Três outras pessoas também foram muito importantes ao longo da minha formação. A Silvia Leitão, agradeço a confiança e o aprendizado. A Cristhiane Ruiz, as conversas, as risadas, os ensinamentos e a revisão de *A fada enfadonha*. A Flora Pinheiro, o coleguismo e a descontração. É uma honra trabalhar com vocês.

A felicidade de ler? O que é isso, felicidade de ler?

Daniel Pennac

FERREIRA, Milena Vargas dos Santos. *A fada enfadonha: o livro infantil e a adoção pelo PNBE*. Orientador: Paulo César Castro. Rio de Janeiro, 2011. Relatório técnico (Graduação em Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 57f.

RESUMO

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado em 1997 pelo governo federal com a intenção de estimular a leitura e diminuir as altas taxas de analfabetismo no Brasil. A partir de sua criação, o PNBE se tornou um dos maiores compradores de livros no Brasil e, devido à enorme importância que adquiriu para as editoras, sobretudo para aquelas que trabalham com o público infantil, a produção editorial brasileira começou a se direcionar para o programa. Em entrevistas com Anna Rennhack (Grupo Editorial Record) e Daniele Cajueiro (Ediouro) foi possível perceber que as editoras preparam suas obras de forma a mais tarde poderem concorrer à adoção governamental. Em vista disso, o livro produzido para este trabalho, *A fada enfadonha*, de Ludmila Almendra, foi também preparado levando-se em consideração o último edital do PNBE, que é o de 2012, cuja relação de obras selecionadas foi divulgada ainda durante a produção deste trabalho. A preparação do projeto gráfico baseou-se tanto no edital do PNBE quanto no testemunho de duas avaliadoras do programa de 2005 – as professoras Patrícia Corsino e Ludmila Andrade –, e objetivou proporcionar à criança, acima de tudo, uma experiência maravilhosa de leitura.

Palavras-chave:

Livro infantil, PNBE, produção de livro, *A fada enfadonha*

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Literatura infantil, mercado editorial e leitura no Brasil.....	13
3. O PNBE	
3.1 A importância do programa.....	19
3.2 O edital 2012.....	21
3.3 A avaliação do PNBE 2005.....	25
4. O processo editorial	
4.1 O texto.....	29
4.2 O projeto gráfico.....	33
4.2.1 Orçamentos.....	46
5. Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas.....	55
Apêndices.....	58
1. A revisão preliminar	
2. O projeto preliminar	
3. <i>A fada enfadonha</i> – projeto final	

1. Introdução

Soube desde cedo que é com livros que se formam leitores: livros bons, ruins, coloridos ou preto e branco, com ou sem imagens, sérios ou divertidos; todos trazem milhões de novas descobertas à criança e ao adulto curioso que resolver folheá-los.

Amando desde tão nova esses objetos, também soube cedo que queria trabalhar com eles, dar-lhes vida. Os momentos mágicos proporcionados por minha mãe, que contava histórias a mim e a minha irmã mais velha antes de dormirmos, fizeram de mim uma criança apaixonada pela leitura e atravessaram toda a minha formação. Minha mãe trabalhava fora, tinha pouco tempo para despender com livros; eu chorava pela independência, queria decifrar o alfabeto, queria descobrir sozinha o mundo das palavras. Tanto amava as letras, que acabei inserindo minha irmã (ela, que chegou à alfabetização dois anos antes de mim) no mundo dos leitores.

Foi a vontade de trazer ao mundo um livro – não apenas um livro, mas um livro infantil, cujo público-alvo são crianças em fase de alfabetização –, atrelada à simples coincidência de ter uma prima artista plástica com alguns manuscritos engavetados, que me trouxe a ideia de transformar essa identidade em meu projeto de fim de curso.

Conversando com Ludmila Almendra, encontrei exatamente o que procurava. Entre os três manuscritos que ela me mostrou, *A fada enfadonha* pareceu-me mais viva, mais apaixonada, mais humana. Afinal, a história de uma fada que se entedia com os próprios feitiços e decide buscar as pessoas para aprender o tempo das coisas é próxima o bastante de qualquer um de nós para criar uma identificação imediata. E reverte totalmente nosso entendimento do que são *contos de fada* e de como nossa vida deveria fazer parte de um. Maria Helena, a fadinha, ao contrário, quer transformar-se em gente. É nisso que consiste toda a magia do livro.

Decidimos, portanto, que faríamos juntas esse projeto. As ilustrações demoraram um ano para ficar prontas – Ludmila as pintou em aquarela –, e mais tarde as trabalhamos e modificamos, exaustivamente, em uma busca pelo equilíbrio das páginas. Tendo o texto em mãos, e pensando na importância da leitura como ferramenta para o desenvolvimento da sociedade e na forma como o Programa Nacional Biblioteca da Escola vem investindo em literatura infantil e infanto-juvenil exatamente para promover o acesso à cultura e incentivar a leitura em alunos e professores das escolas públicas brasileiras, percebi seu potencial como candidato à adoção escolar, e decidi estudar a fundo o edital 2012 do PNBE para desenvolver um projeto gráfico que tornasse *A fada*

enfadonha uma obra passível de ser não só incluída no programa governamental, mas também trabalhada nas escolas brasileiras em geral.

Com essa finalidade, busquei discutir, no segundo capítulo deste relatório, o processo de construção da literatura infantil e do mercado editorial brasileiro, além da importância da leitura para a construção da sociedade e de como o governo vem buscando sanar os déficits da educação através do incentivo à leitura. Para falar disso, foram muito úteis textos de Peter Hunt – um dos maiores críticos contemporâneos de literatura infantil –, Hallewell – cuja obra *O livro no Brasil* é uma das maiores referências sobre o mercado editorial brasileiro e sua história –, Mário Feijó – com sua valiosa dissertação de mestrado “Uma indústria no Brasil: os pioneiros e a nacionalização do livro escolar”, que dá um panorama sobre a indústria editorial no Brasil e o surgimento dos paratextos –, e Eliana Yunes, que possui diversos livros publicados sobre a questão da descoberta da leitura e sua importância durante a fase de alfabetização. Além disso, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, de 2008, que é um referencial para a discussão dessas questões, e o texto *Por uma política de formação de leitores*, do Ministério da Educação, elaborado por Andréa Beremblum e Jane Paiva, foram também muito importantes: mostram dados realistas sobre a leitura e especificam os objetivos do governo ao aplicar seus incentivos.

No terceiro capítulo, demonstrei a importância do Programa Nacional Biblioteca na Escola para o mercado editorial brasileiro e analisei as especificidades do edital de 2012, voltado especificamente para o público infantil e para a educação de jovens e adultos – EJA. Muito importantes para esta etapa foram os trabalhos de Lívio de Oliveira – *Indústria editorial e Governo Federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições*, tese de doutorado apresentada à USP – e de Ana Carla Pinto – *O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e sua importância para as editoras*, trabalho de final de curso apresentado à Escola de Comunicação da UFRJ. O texto de Wander Soares, ex-presidente da Abrelivros, e a entrevista com Anna Rennhack, responsável pelo departamento do Grupo Editorial Record que trata das adoções de governo, foram essenciais para a absorção de uma visão mais precisa do funcionamento do mercado. Além disso, a leitura do texto “Critérios para a constituição de um acervo literário para as séries iniciais do Ensino Fundamental: o instrumento de avaliação do PNBE-2005”, escrito em 2007 por Patrícia Corsino e Ludmila Andrade, foi muito útil para entender a

posição dos avaliadores – e a forma como pensar literatura infantil e livro infantil pode ter diferentes ângulos e aspectos.

No quarto capítulo descrevo o processo editorial em si – desde a escolha do texto a ser publicado até as dificuldades envolvendo o equilíbrio do texto com as imagens, a produção da capa, o pedido de orçamentos.

Desde o início, este projeto representou um enorme desafio. Nunca tive grandes habilidades com programas de computador, e os conhecimentos com que comecei a editar as imagens foram adquiridos ao longo das aulas da graduação em Produção Editorial. Durante a produção de *A fada enfadonha*, recebi dicas enriquecedoras sobre como fazer determinadas alterações nas imagens. Mas toda a produção feita aqui é fruto dos conhecimentos adquiridos em aula e do bom-senso, do afinho com que foi realizado este trabalho e da maravilhosa visão artística da autora e de seu marido, sem os quais dificilmente o livro poderia ser finalizado com a mesma qualidade.

2. Literatura infantil, mercado editorial e leitura no Brasil

É impossível falar em literatura infantil brasileira – e em mercado editorial brasileiro – sem tocar no nome de Monteiro Lobato, que foi pioneiro em pensar o livro como produto e a literatura como mercado. Preocupado com a qualidade de suas obras, importou o primeiro parque gráfico do país, e, como solução para o escoamento dos títulos – na época, o Brasil possuía por volta de quarenta livrarias, concentradas nos grandes centros urbanos –, inovou ao buscar novos pontos de distribuição, que passaram a incluir pequenas vendas e até mesmo açougues. (FEIJÓ, 2002)

Antes dos investimentos de Lobato e da publicação, em 1921, de *A menina do narizinho arrebitado* – com a qual o grande escritor e empresário descobriu o extraordinário potencial dos paradidáticos – o mercado de livros para crianças no Brasil limitava-se, na maior parte das vezes, à publicação de traduções feitas em Portugal de obras estrangeiras consagradas. Isso tornava a leitura um hábito caro, restringindo-a, portanto, a poucos privilegiados.

Aumentar a acessibilidade da leitura se tornou, dessa forma, uma prioridade de Monteiro Lobato. No prefácio à segunda edição de sua adaptação da obra *Meu cativo entre selvagens no Brasil*, de Hans Staden – que na segunda edição ganhou o novo título *Aventuras de Hans Staden* –, Lobato questionava: “Quem lê hoje, ou pode ler, o livro de Defoe na forma primitiva em que apareceu? Os eruditos. Também só os eruditos arrostam hoje a leitura do original das aventuras de Staden.” (*apud* FEIJÓ, 2002) Esse questionamento deixa claro que sua intenção era popularizar o acesso ao livro. Mas seu pioneirismo não se limitou apenas à visão de mercado. Com suas versões e adaptações de grandes clássicos da literatura universal, ele também investia na formação de novos leitores e tornava palpável o objeto livro – além, é claro, de estabelecer pela primeira vez no Brasil as diretrizes de uma literatura infanto-juvenil:

o apelo à imaginação em harmonia com o complexo ecológico nacional; a movimentação dos diálogos, a utilização ampla, o enredo, a linguagem visual concreta, a graça na expressão – toda uma soma de valores temáticos e linguísticos que renovava inteiramente o conceito de literatura infantil no Brasil, ainda preso a certos cânones pedagógicos decorrentes da enorme fase da literatura escolar.

(ARROYO, 1968, p. 198 *apud* BIASIOLI, 2007, p. 92)

A literatura infantil com fins paradidáticos e pedagógicos encontrou terreno fértil, portanto, pelas mãos de Lobato. Suas adaptações, correspondendo à boa fase do

mercado escolar, traziam conteúdos moralizantes e didáticos, mas, sobretudo, davam ao pequeno leitor a oportunidade de descobrir o prazer da leitura. Antes dele, a tradição literária mundial para crianças já tinha uma vertente educativa: “Desde sua gênese, a literatura infantil teve como um de seus objetivos básicos inculcar valores, mudar comportamentos ou informar as crianças sobre os mais diversos assuntos.” (ANDRADE & CORSINO, 2007)¹. Exemplo disso são as próprias fábulas, que vieram da tradição oral e trazem, via de regra, uma “moral da história”.

De acordo com Sheila Til (2006), existem duas correntes que buscam estabelecer as bases do surgimento de uma literatura destinada a crianças. A primeira delas associa a literatura infantil à tradição popular: estaria intimamente ligada à oralidade, aos contadores de histórias, aos ditados. A segunda afirma que a origem da produção literária para crianças está ligada ao nascimento da escola burguesa e dos livros didáticos, situando no século XVII o ponto inicial desta literatura, quando o sistema de ensino foi reformulado e fundou-se o sistema educacional burguês. Segundo essa última vertente, foi desse momento em diante que a própria criança passou a ser vista de forma diferente pela sociedade. Até então, a literatura ainda não havia sido direcionada especialmente para o público infantil, motivo pelo qual não seria possível falar-se de uma literatura para crianças antes desse período.

Proveniente ou não de uma tradição oral, porém, é inegável o valor educativo que as obras habitualmente destinadas ao público infantil carregam. O livro para crianças tem uma função social: a de agregar valores. Ao adaptar clássicos da literatura universal para crianças brasileiras, Monteiro Lobato não apenas revolucionava o mercado editorial infantil e abria espaço para a adoção escolar em larga escala no Brasil – ele também convertia os clássicos em histórias prazerosas e buscava diminuir a distância existente entre os livros e as crianças de seu país.

O país de Lobato, contudo, ainda tem poucos leitores, e muitos esforços vêm sendo feitos para que essa realidade seja modificada. Em 1981, um relatório dirigido aos livreiros e editores do Reino Unido afirmava que “o Brasil ‘não é um mercado de leitores de livros’” (*apud* HALLEWELL, 1985, pág. 601). Porém, na segunda edição da

¹ O livro *Literatura: saberes em movimento*, do qual faz parte o texto “Critérios para a constituição de um acervo literário (...)”, de Patrícia Corsino e Ludmila Andrade, encontra-se esgotado. Para a produção deste trabalho, as autoras gentilmente cederam o arquivo digital não paginado do capítulo. Por essa razão, as páginas onde se encontram os trechos citados neste trabalho não puderam ser especificadas. Da mesma forma, a não especificação das páginas em outras referências deveu-se à falta de disponibilidade das versões paginadas dos textos referidos.

pesquisa Retratos da leitura no Brasil (AMORIM, 2008), essa informação demonstra estar apenas parcialmente defasada: 35% de todo o universo pesquisado afirmou gostar de ler em seu tempo livre. Esse dado já é um avanço em relação à edição anterior, de 2001 – em que apenas 20% dos entrevistados declararam ter comprado algum livro nos últimos 12 meses, sendo que somente 14% deles foram considerados leitores correntes –, mas ainda demonstra o número limitado de pessoas – menos da metade dos entrevistados – que associa a leitura com prazer. Além disso, apenas 55% dos entrevistados de 2008 respondeu que havia lido pelo menos um livro nos três meses que antecederam a pesquisa – e esse número inclui leitores que citaram a Bíblia e livros obrigatórios da escola.

Apesar de esses dados denotarem um crescimento do interesse pela leitura – sem dúvida em decorrência do investimento maciço feito pelo governo, nas duas últimas décadas, com programas de incentivo e de compra e distribuição de livros entre estudantes e professores – o resultado da pesquisa ainda preocupa. De acordo com os dados coletados, 20% das pessoas que compram livros são jovens com mais de 14 anos, 38% dos leitores está no ensino médio e 25% no ensino superior. Isso significa que grande parte dos leitores e compradores de livros está de alguma forma envolvida com uma instituição de ensino, confirmando o mercado de didáticos e paradidáticos como um dos maiores do Brasil.

A leitura é um instrumento de formação da sociedade. Ler implica envolver-se, criar significados, conhecer novos mundos. O processo de alfabetização começa com a oralidade, com a narração oral de histórias. Para o grande teórico alemão Walter Benjamin, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1985, p. 203). É a partir da experiência oral que primeiro entramos em contato com a linguagem e começamos a decodificá-la, assim como é a partir da fala que desenvolvemos a escrita. Conforme nos diz Yunes (2009, p. 41), “há que se tenha aprendido escutar e falar para ler e escrever”. Da mesma forma que o leitor primeiro necessita passar pelas experiências da oralidade, o texto precisa de um leitor receptivo, disponível “para se colocar diante da palavra alheia e descobrir a própria” (YUNES, 2009, p. 41). Vem daí a função social relacionada à leitura: no processo em que descobrimos que somos ativos na produção de sentidos para a vida e para o mundo, alienar-se significa fugir à nossa condição de intérprete.

Por dar acesso à formação da cidadania, a leitura tem um sentido político. É necessário democratizá-la, desenvolvê-la. Assim, muitos debates têm sido feitos em torno da questão da educação brasileira e do acesso ao livro. Como já foi dito, ao longo das últimas décadas, o governo vem propondo medidas para sanar problemas como os altos índices de analfabetismo no país. Um dos primeiros passos para isso foi a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, em que a declaração do direito à educação fica particularmente detalhada. No artigo 205, afirma-se: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.” No entanto, apesar do enorme avanço que representou no âmbito legislativo brasileiro, muitas das promessas realizadas na Constituição Federal de 1988 não chegaram a ser realmente cumpridas. Afinal,

o acesso, a permanência e o sucesso na escola fundamental continuam como promessa não efetivada. Comparações internacionais do perfil de escolarização da população apresentam o Brasil com um dos piores desempenhos do mundo. Apenas 22% dos ingressantes concluem o ensino fundamental de oito anos e apenas 39% atingem a 5ª série. (OLIVEIRA, 1999, p. 61)

Em razão dos altos índices de abandono escolar e dos inúmeros problemas enfrentados pelas escolas públicas brasileiras, o analfabetismo – funcional ou não – ainda é um dos maiores dilemas de nossa educação, marginalizando uma grande parcela da sociedade em idade produtiva e gerando um ciclo que dificulta o desenvolvimento de novos cidadãos leitores: como podemos verificar nos gráficos que seguem, uma vez que o analfabeto entra em idade adulta, sua chance de um dia chegar a aprender a ler e a escrever diminui radicalmente.

De acordo com dados do IBGE, entre 2000 e 2010, a população de iletrados que tinham por volta de 15 anos caiu 4% (de 13,6% para 9,6%). Porém, entre os brasileiros que, no ano 2000, tinham entre 20 e 49 anos, os avanços no combate ao analfabetismo foram residuais, com queda de apenas 0,5 ponto percentual.

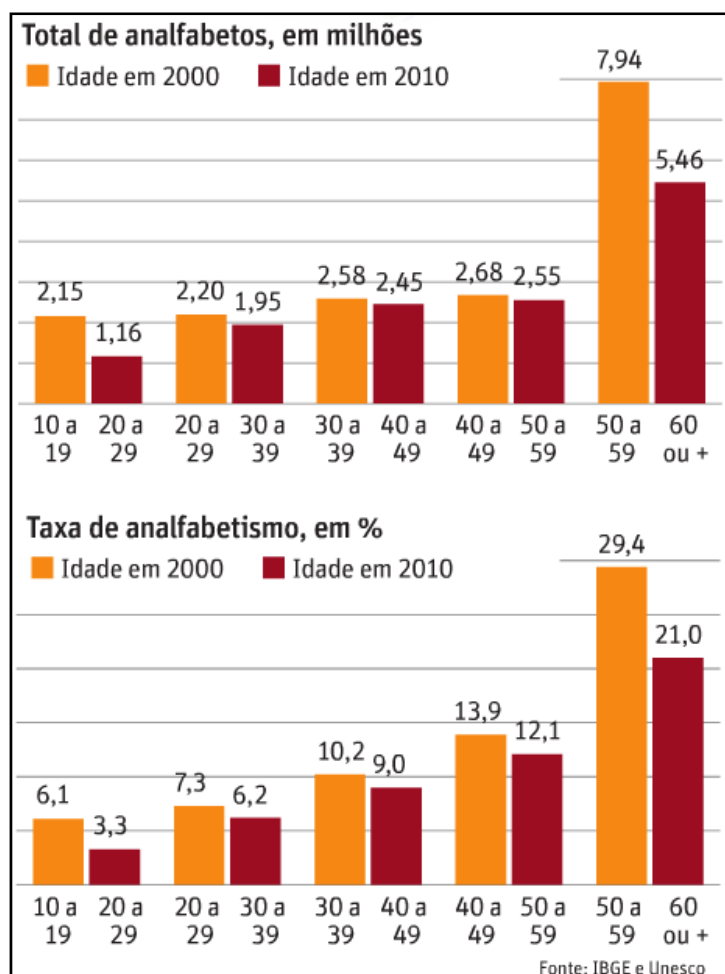


Figura 1 – Fonte: IBGE e Unesco

Esses dados não são alarmantes apenas em razão do que dizem por si mesmos, mas também por causa das consequências que acarretam. É um consenso que pais leitores estimulam o hábito da leitura nos filhos. Eliana Yunes trata desse assunto relacionando a formação do indivíduo à sua memória: a infância é um dos pilares da nossa história, e é ela que vai ajudar na construção de quem nos tornaremos. É durante a infância que se formam os leitores:

Somos constituídos pouco a pouco pelo que vivemos e experimentamos, incluindo nossos gostos e preferências que parecem naturais. Contudo, é pensando na nossa história que ela se (re)escreve. Como foi nossa infância, nossa família, quem foram nossos amigos e inimigos, nossos jogos e brincadeiras, nossos interesses e coleções, nossas canções e histórias favoritas, etc. (YUNES, 2009, p. 24)

Portanto, se uma parcela da população adulta brasileira – em idade fértil – não lê porque não sabe ler, uma vez que seus indivíduos se tornem pais, é improvável que estimulem consciente ou inconscientemente os filhos a se tornarem amantes dos livros –

não poderão dar a eles aquilo que usualmente é considerado a ferramenta essencial para a formação de novos leitores: o exemplo da leitura.

Foi pensando nessas questões sociais relativas à educação e ao desenvolvimento de leitores que o governo federal resolveu criar projetos de fomento à leitura. Segundo afirma Andréa Berenblum,

a instituição de uma política de formação de leitores é condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores. Além disso, ela se constitui, no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. (BERENBLUM, 2006, p.9)

Por tudo isso, entender a questão da literatura infantil e do mercado de paradidáticos – além dos problemas estruturais enfrentados no Brasil, como o analfabetismo e a dificuldade do acesso ao livro – é essencial para concebermos a importância das medidas governamentais que resultaram no surgimento do Programa Nacional Biblioteca na Escola – um projeto do governo que tem como principal objetivo democratizar a leitura e estimular o surgimento de novos leitores.

3. O PNBE

3.1 A importância do programa

No mesmo período em que se promulgava a Constituição Federal brasileira de 1988, uma série de outras medidas eram tomadas pelo governo para ajudar na democratização da educação e da cultura. De acordo com Berenblum (2006, p.11), desde a década de 1980 o governo federal vem investindo em programas que incentivam e promovem o acesso à leitura. Criado em 1984 e extinto em 1996, o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) foi um dos primeiros com esta função: compunha e enviava acervos, além de repassar recursos para ambientar as salas de leitura (PINTO, 2008, p. 9). Nesse contexto de fomentação cultural, o surgimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) está diretamente relacionado à extinção de outro projeto, o Programa Nacional Biblioteca de Professores. Criado em 1994, esse programa trabalhava na aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e na produção e difusão de materiais destinados à capacitação dos docentes.

De acordo com o portal do MEC, o PNBE é um programa governamental que promove o acesso à cultura e incentiva a formação do hábito da leitura nos alunos e professores de escolas públicas que integram o sistema de educação federal, municipal e estadual, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Instaurado em 1997 com o objetivo de alcançar alunos e professores do ensino público fundamental, vem se modificando para melhor atender as necessidades da educação brasileira, e a partir de 2008 passou a englobar também, em anos alternados, o ensino médio e a educação infantil, aumentando o número de beneficiados. Administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa tem o apoio da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC).

Sendo a escola um local de disseminação da educação e da cultura, é compreensível o investimento do governo em formação de bibliotecas com a intenção de fomentar a leitura. A partir desse investimento, porém, o mercado editorial pôde descobrir um novo e rentável nicho de mercado: de acordo com Wander Soares (2011), ex-presidente da Abrelivros, “mais de 60% de toda a produção editorial brasileira é adquirida em função do ensino e da aprendizagem, ou seja, pela escola e seu entorno”. E o que torna esse nicho ainda mais atrativo é que, levando-se em conta o número de alunos matriculados na escola básica, que nos últimos anos gira em torno de 60 milhões de pessoas – sem falar nos dois milhões de professores desse grau de ensino e nos

professores e alunos de ensino superior – a quantidade de potenciais consumidores de livros envolvidos de alguma forma com o ensino é promissora. Assim, buscar uma entrada num mercado com tamanho potencial de crescimento e ter um mediador de peso como o governo é um ótimo investimento para qualquer casa editorial.

Mais do que um incentivador da leitura, portanto, o PNBE é hoje um dos maiores movimentadores da indústria livreira no Brasil: o número total de exemplares vendidos em livrarias em geral é muito inferior à tiragem inicial requerida quando uma obra é selecionada pelo programa. Segundo Feijó, “(...) por termos demorado tanto para investir na educação pública massificada, a indústria editorial brasileira baseada na chamada ‘venda por impulso’ é muito fraca e pouco rentável” (2008). Isso significa que é justamente pela deficiência que hoje o governo busca suprir que o mercado de livros brasileiro ainda necessita de alavancas como os programas governamentais para se desenvolver.

Para Oliveira, esse investimento governamental garantiu ao país um lugar destacado na indústria editorial:

O Brasil já é o oitavo produtor de livros no mundo, graças, principalmente, aos programas do governo federal de compra e distribuição de livros didáticos e paradidáticos. O interesse de grupos estrangeiros nas áreas editorial e gráfica é crescente e algumas das grandes editoras e gráficas brasileiras já foram adquiridas por grupos estrangeiros interessados nesse volume de negócios. (OLIVEIRA, 2008, p.18)

Não é à toa, portanto, que, durante os meses de inscrição para o programa, seja grande a correria das editoras para preparar seus materiais para a disputa. A cada ano, ocorrem mudanças significativas nos editais, que buscam adaptar-se às necessidades das escolas, dos professores e das séries a que se destinam. Por isso, e pela importância econômica que representa para essas empresas, muitas delas têm até mesmo setores especiais que tratam do PNBE. De acordo com Anna Rennhack, que trabalha com programas de governo desde 1972 e chefia desde 2002 o departamento do Grupo Editorial Record que se destina ao mercado de adoção governamental,

o Programa Nacional Biblioteca da Escola estimula a produção das editoras. Além disso, como geralmente o professor da escola pública atua também na escola particular, acaba levando o título adotado pelo governo para a rede privada, o que gera um aumento das vendas do livro aprovado também nas livrarias. Livro aprovado nos programas de governo ganha maior

oportunidade de adoção escolar: os professores sabem que ele já passou por uma avaliação.

Em entrevista concedida para este trabalho, Rennhack afirma também que, como o Grupo Record não tem tradição na publicação de livros infantis, todos os livros desse gênero são preparados de forma a mais tarde poderem concorrer ao programa governamental. Muitas outras empresas agem de forma semelhante a esse gigante da indústria editorial: Daniele Cajueiro (que em 2008 coordenava a produção editorial de livros infantis e juvenis da Nova Fronteira), em entrevista concedida a Ana Carla Pinto (*apud* PINTO, 2008, p. 37), conta que “o fato de os editais não seguirem um programa regular dificulta o planejamento da equipe. (...) Ao longo do ano, ‘os livros já são preparados de forma adequada ao PNBE no que diz respeito à página de créditos e à presença do texto sobre autor e ilustrador’”.

Diante da relevância do programa para as editoras, e no intuito de possibilitar uma maior entrada no mercado editorial do livro *A fada enfadonha*, obra voltada para o público infantil em fase de alfabetização, foi estudado aprofundadamente o edital de 2012 do PNBE, que até o fechamento deste trabalho era o mais recente deles a atender especificamente o ensino infantil, as primeiras séries do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos.

Pretendendo tornar o livro apto a concorrer ao PNBE, buscamos respeitar em seu projeto gráfico as condições do edital analisado, o que criou certas limitações em nosso percurso, conforme veremos a seguir ao expormos suas exigências.

3.2 O edital 2012

O edital 2012 do PNBE previa a inscrição de no máximo vinte e cinco títulos de obras literárias por cada editora participante. A inscrição das obras deveria ser feita em uma das quatro categorias apresentadas, cabendo à editora reconhecer qual categoria melhor se encaixava no perfil da obra inscrita, sendo que cada título poderia ser inscrito em apenas uma delas:

categoria 1: para as instituições de educação infantil – etapa creche

categoria 2: para as instituições de educação infantil – etapa pré-escola

categoria 3: para escolas que atendem alunos dos anos iniciais do ensino fundamental

categoria 4: para escolas que atendem alunos da educação de jovens e adultos

Uma vez que os três primeiros anos do ensino fundamental são exatamente aqueles em que o processo de alfabetização tem início e se consolida, a categoria onde *A fada enfadonha* melhor se enquadra é a 3, que inscreve obras para atender os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Essa foi também a categoria mais prestigiada pelo governo no edital de 2012: para ela, foi prevista a formação de quatro acervos distintos, com vinte e cinco obras cada, num total de cem títulos. Uma vez que todas as outras categorias foram contempladas com apenas dois acervos distintos cada, num total de cinquenta títulos, se compararmos as chances de adoção de cada categoria (ignorando-se a estimativa de obras inscritas por vaga), portanto, temos que um livro inscrito na categoria 3 tem o dobro de chances em relação àqueles inscritos nas três outras categorias.

Para cada uma das categorias de inscrição determinadas pelo programa, subcategorias que têm o objetivo de melhor enquadrar as obras em processo de inscrição foram estabelecidas. A categoria 3, sendo a que mais nos interessará neste estudo, foi dividida nas seguintes subcategorias:

Textos em verso – poema, quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, adivinha;

Textos em prosa – pequenas histórias, novela, conto, crônica, teatro, clássicos da literatura infantil;

Livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do ensino fundamental;

Tendo enquadrado o livro proposto em “textos em prosa – pequenas histórias”, avaliamos os critérios que poderiam excluir a obra do programa. Eles são bem definidos no item 3.9 do edital:

3.9. Não poderá ser pré-inscrita obra de literatura:

3.9.1. que já tenha sido adquirida nas edições de 2008 e de 2010 do Programa Nacional Biblioteca da Escola e na edição 2008 do PNBE Especial, ainda que os direitos autorais pertençam a outro editor e/ou o projeto gráfico-editorial seja diferenciado;

3.9.2. em domínio público originalmente escrita em Língua Portuguesa;

3.9.3. preponderantemente didática, informativa, doutrinária, religiosa ou de referência;

3.9.4. com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam o leitor à realização de atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.

Dessa forma, por causa das condições impostas no edital, não foi considerada no projeto a possibilidade de criar espaços interativos que individualizassem a obra, e foi preciso avaliar o texto com especial atenção para que fosse possível certificar-se de que nele não se impunham questões didáticas ou moralizantes. De acordo com Corsino (2007), na pré-análise do acervo enviado pelas editoras ao PNBE 2005, “dos 2036 livros inscritos, 278 livros foram retirados (...) por não terem uma proposta predominante ficcional, isto é, por serem obras predominantemente: i) informativas – manuais, enciclopédias (...), ii) didáticas e iii) religiosas ou moralistas”, o que significa que estes são aspectos importantes a serem considerados na produção de uma obra voltada para o PNBE.

Uma vez inscrita a obra e escolhidas todas as categorias e subcategorias nas quais ela poderá concorrer, a seleção do livro pelo programa é feita através de um processo de avaliação constituído por uma etapa de triagem, uma de pré-análise e outra de avaliação pedagógica, que é feita por instituições públicas brasileiras da educação superior.

A triagem ocorre em caráter eliminatório, quando são avaliados os atributos editoriais das obras inscritas. Na pré-análise, avalia-se a conformidade da documentação e do objeto. A avaliação pedagógica é feita de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação a partir das especificações fixadas no Anexo II do edital, que determina como critérios de seleção a qualidade do texto, a adequação temática e o projeto gráfico.

Com relação à qualidade do texto, de acordo com o Anexo II, serão avaliados, nos textos em prosa, “a coerência e a consistência da narrativa, a ambientação, a caracterização das personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens e variáveis de natureza situacional e dialetal” (p. 24). Além disso, os textos literários “deverão propiciar a fruição estética e serão selecionados de modo equilibrado tanto para favorecer uma leitura autônoma quanto para estimular uma apropriação dos textos pela leitura do professor em voz alta”(p. 24). O edital não limita a qualidade da obra que pode ser selecionada, propiciando a variedade, uma vez que não é declarada uma preferência por textos mais fáceis ou mais difíceis.

No que diz respeito à adequação temática, “serão observados a capacidade de motivar a leitura, o potencial para incitar novas leituras, a adequação às expectativas do público-alvo, as possibilidades de ampliação das referências do universo dos diferentes públicos e a exploração artística dos temas” (p. 24). Além disso, “não serão

selecionadas obras que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem” (p. 24).

No projeto gráfico, serão avaliadas a adequação e a expressividade no que diz respeito aos seguintes aspectos:

apresentação de capa criativa e atraente, apropriada ao projeto estético-literário da obra; uso de tipos gráficos, espaçamento e distribuição adequados aos diferentes públicos de leitores; distribuição equilibrada de texto e imagens; interação das ilustrações com o texto, artisticamente elaboradas; uso de papel adequado à leitura e ao manuseio pelos diversos públicos e pertinência das informações complementares. A presença de erros de revisão ou de impressão comprometerá a avaliação da obra. (p. 24)

O texto e o projeto gráfico de *A fada enfadonha* (disponível no apêndice III deste relatório), buscam seguir os critérios de avaliação do edital 2012 do PNBE. O texto da obra aqui produzida é coerente e propicia a fruição estética, uma vez que pode ser considerado poético e tem um andamento ritmado. A construção do projeto gráfico também buscou o viés artístico, e o equilíbrio das páginas foi priorizado. Por tudo isso, acreditamos que a obra teria chances de ser selecionada pelo programa, caso fosse inscrita.

Os editores cujas obras foram selecionadas serão convocados pelo PNBE para proceder à negociação de preços. O custo unitário final do livro é um tópico de extrema importância, e deve ser pensado desde o início de um projeto gráfico que ambiciona possibilitar sua adoção pelo PNBE, uma vez que o preço tem um peso eliminatório nas seleções feitas pelo governo:

10.2.3. Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá, em atenção ao princípio da economicidade, deixar de contratar a aquisição das obras previstas no subitem 10.2.2 .

De acordo com Anna Rennhack, nessa fase “é estabelecido um preço pelo governo, e a editora pode aceitar ou apresentar uma contraproposta com argumentos. Geralmente chega-se a um meio termo. O desconto definido pelo governo gira em torno de 75% do preço de capa, e o custo é diminuído pelas tiragens altas”. Sendo assim, o desconto para o governo é altíssimo, e o maior lucro das editoras nesse tipo de compra vem do volume da venda e do baixo custo unitário gerado pelas tiragens altas. Sem contar o ganho com a divulgação da obra, que passa a ser visada também por colégios particulares.

Respeitando as limitações impostas pelo governo, no projeto gráfico de *A fada enfadonha* procurou-se possibilitar a diminuição do custo final da obra mantendo-se a qualidade dos materiais utilizados. Para tanto, foi excluída a possibilidade de capa dura e priorizou-se um formato comum, o 16x23, grande o suficiente para os padrões

infantis, mas não tão pequeno que desvalorizasse o projeto. Essas informações serão explicitadas mais detalhadamente no item 4.2 (projeto gráfico) deste relatório.

3.3 A avaliação do PNBE 2005

Patrícia Corsino e Ludmila Andrade são professoras adjuntas da Faculdade de Educação da UFRJ e integraram o grupo de avaliadores das obras inscritas no PNBE 2005. No texto “Critérios para a constituição de um acervo literário para as séries iniciais do Ensino Fundamental: o instrumento de avaliação do PNBE-2005” (2007), elas discorrem sobre os desafios que enfrentaram ao precisarem definir um critério para avaliar positivamente ou não as obras inscritas. Obviamente, a cada edital, muda o grupo escolhido para avaliar as obras. Porém, ainda que os parâmetros adotados e descritos pelas duas professoras não sejam os mesmos usados pelos avaliadores do PNBE 2012 e de seus editais consecutivos, é interessante entrar em contato com um método de avaliação já utilizado em um edital: analisar em que se basearam os avaliadores anteriores certamente pode ser imprescindível a qualquer editor/autor que deseje ter uma obra sua adotada.

De acordo com as duas autoras, uma vez que na etapa de pré-análise deveriam ser considerados inadequados os livros não literários, inacessíveis ou impertinentes aos primeiros anos do ensino fundamental, algumas questões dessa fase do processo de avaliação de 2005 foram “Que textos podem ser classificados como literatura?” e “O que estávamos considerando como adequação ao público infantil?”.

Definir o que seja a literatura não é tarefa fácil, e este vem sendo o objeto do estudo de pesquisadores de teoria literária há milhares de anos. Para Terry Eagleton, um dos maiores teóricos modernos da literatura,

Não seria fácil isolar, entre tudo o que se chamou de "literatura", um conjunto constante de características inerentes. Na verdade, seria tão impossível quanto tentar isolar uma única característica comum que identificasse todos os tipos de jogos. Não existe uma "essência" da literatura. Qualquer fragmento de escrita pode ser lido "não pragmaticamente", se é isso o que significa ler um texto como literatura, assim como qualquer escrito pode ser lido "poeticamente".
(EAGLETON, 2003, p. 13)

A dificuldade, portanto, em definir-se o que pode ou não ser considerado literatura é patente; sendo impossível determinar um conjunto inerente de

características nem uma “essência” da literatura, e, principalmente, sendo possível ler qualquer texto como literatura, fica claro que a tarefa a que o grupo de avaliadores se propôs era árdua.

Não foi sem alguma discussão, portanto, que afinal os avaliadores consideraram “literária uma obra que intentasse agenciar o imaginário dos leitores, que fosse detonadora de um jogo de significações que excita o imaginário a participar da composição de outros mundos” (ANDRADE & CORSINO, 2007),² excluindo desse conceito obras que tivessem um fundo moralizante e educativo.

Para responder à outra questão que se impôs no processo de avaliação, isto é, o que pode ser considerado adequado ao público infantil, foi necessário que considerassem a necessidade de mediação do professor no caso de textos mais densos e extensos, e definiu-se como prioridade “não sobrecarregar o acervo com textos de difícil mediação” (ANDRADE & CORSINO, 2007).

Corsino e Andrade explicam que, considerando todo o conjunto, foi feita uma classificação geral das obras em gêneros textuais literários. Dessa forma, foram classificados como *poéticos* textos “que apresentam um trabalho com a linguagem em termos de ritmo, rimas e brincadeiras com os significantes, como são os casos de poemas, trava-línguas, adivinhas, parlendas e também as prosas ritmadas e os contos acumulativos” (ANDRADE & CORSINO, 2007). Esse também é sem dúvida o caso de *A fada enfadonha*, que traz uma prosa rimada e ritmada. Como *narrativas de formato canônico*, foram classificados os “contos, crônicas, lendas, textos de tradição oral, mitologias, fábulas e apólogos” (ANDRADE & CORSINO, 2007). Pequenas histórias e textos descritivos foram classificados como *narrativas curtas*. Textos extensos, com 80 ou mais páginas, foram definidos como *narrativas longas*. Também foram classificados os textos *teatrais* e os *livros de imagem*. Esperava-se de todos eles que provocassem o “jogo de significações”, de forma a permitir que o leitor construísse sua própria narrativa através das imagens e das palavras.

Como o edital de 2005 pedia que a composição do acervo fosse caracterizada pela diversidade, entre os livros avaliados como de boa qualidade foi feita uma nova seleção, organizando-se o conjunto de vinte livros de cada lote de forma a equilibrar “gêneros, autores, temas, regiões, época e dificuldade de leitura” (ANDRADE & CORSINO, 2007).

² Ver nota de rodapé número 1.

Entre os critérios escolhidos para a avaliação da qualidade das obras no edital 2005 do PNBE, estão a elaboração da linguagem literária, a pertinência temática, a qualidade da ilustração e a adequação do projeto gráfico editorial, critérios mais ou menos repetidos no edital de 2012, como pudemos verificar.

Isso, excluindo-se a questão da representatividade da obra “no que diz respeito à diversidade de propostas literárias, estilos, épocas e regiões, além dos níveis de dificuldade, tendo em vista a leitura autônoma, nas primeiras séries do Ensino Fundamental, e a leitura mediada pelo professor” (ANDRADE & CORSINO, 2007). Procurou-se equilibrar a presença de textos poéticos e em prosa, de obras originais e adaptações de clássicos da literatura, de contos, lendas e mitos de diferentes grupos étnicos e regiões brasileiras, de autores de época e modernos, estreantes e consagrados.

Com relação à elaboração da linguagem literária, foram observadas as qualidades textuais básicas, tais como coerência, coesão, progressão e consistência (VAL, 1991 *apud* ANDRADE & CORSINO, 2007). Textos narrativos foram avaliados pela ambientalização, caracterização dos personagens, correção e adequação dos discursos. Em textos poéticos, foram analisadas as rimas, o ritmo, a escolha das significantes adequadas à produção de sentido, etc. Dessa forma, “a elaboração literária foi analisada no quanto o texto produz, inova, inventa no seu tempo na tensão que se produz em relação simultânea à linguagem cotidiana e à tradição literária” (ANDRADE & CORSINO, 2007), em uma busca constante por textos que saíam do lugar comum e apresentem novos paradigmas.

Com relação à pertinência temática, as autoras afirmam que buscou-se considerar os futuros leitores – os alunos das escolas públicas e os professores-mediadores – para que fosse possível conceber as produções de sentido que a obra pode provocar na situação de leitura autônoma ou mediada. Por isso, foi avaliada “a expressão das identidades culturais e sociais que se podia encontrar construída na polifonia da obra e no processo que sua leitura poderia desencadear” (ANDRADE & CORSINO, 2007), assim como a complexidade de tratamento do tema, dando preferência aos que trabalhassem dialogicamente, “deixando pontos de indeterminação para serem preenchidos pelo leitor” (ANDRADE & CORSINO, 2007). Dessa forma, foram melhor avaliados textos cujo tratamento do tema era mais polifônico, cujo enredo tinha uma complexidade construída, cujo conflito tivesse um desenvolvimento consistente. Textos didatizantes, preconceituosos, monológicos, eram pior avaliados.

Para avaliar-se a ilustração, Corsino e Andrade indicam que foi necessário considerar o conjunto da obra – “a relação estabelecida entre o aspecto visual e o texto verbal” (ANDRADE & CORSINO, 2007). Ilustrações que retratassem literalmente o texto, por não estabelecerem com o texto literário uma relação dialógica, foram pior avaliadas. Aquelas que buscassem estabelecer uma leitura própria, propositiva e criativa a partir do verbal, ao contrário, foram consideradas boas ilustrações.

Por projeto gráfico, considerou-se o “objeto livro no seu formato, tamanho, capa, contracapa, relação da mancha textual com a ilustração, contraste letra/fundo, tamanho da letra, qualidade e textura do papel, técnica e cores empregadas (...)” (ANDRADE & CORSINO, 2007). A qualidade técnica de um projeto era avaliada em relação ao investimento da proposta, sua inovação e o diálogo estabelecido entre o texto literário e suas ilustrações, considerando-se a necessidade de ampliar os sentidos do texto, acrescentando valor à obra.

A fada enfadonha foi construído levando-se em conta tanto o edital 2012 do PNBE quanto o testemunho da avaliação do programa feita em 2005 pelo corpo docente da Faculdade de Educação da UFRJ, incluindo-se nesse grupo as professoras Patrícia Corsino e Ludmila Andrade, autoras do texto aqui dissecado. Excetuando-se o texto literário, que já existia no momento em que o projeto foi concebido, todo o projeto gráfico do livro – formato, ilustrações, fontes, capa e contracapa – foi feito nos moldes dessas leituras.

Os critérios de avaliação propostos foram, portanto, muito importantes para a concepção deste projeto. Como o texto já trazia uma proposta polifônica – trabalhando com metáforas e jogos de palavras e sons que despertam a curiosidade e a imaginação do leitor –, as ilustrações também buscaram trazer uma proposta dialógica e não literal – brincando com tamanhos, espaços cheios e vazios. Trabalhando esses conceitos e levando-se em conta a experiência de uma equipe avaliadora, buscou-se contribuir para que *A fada enfadonha*, acima de tudo, possibilitasse uma experiência maravilhosa de leitura.

4. O processo editorial

4.1. O texto

Inicialmente, foi feita uma seleção entre os textos preexistentes de Ludmila Almendra, a autora. A obra escolhida mostrou-se a mais apropriada por não se propor uma obra didática, mas literária, conforme vimos ser uma qualidade importante para possibilitar a adoção governamental. Sendo um livro que carrega uma questão existencial como temática, a obra também tem a possibilidade de despertar uma maior empatia por aproximar-se das questões cotidianas das crianças e por brincar com nosso imaginário no que se refere à contraposição dialética fada/gente; mágico/ não mágico, desconstruindo o senso comum com relação aos contos de fadas. Afinal, o próprio edital 2012 do PNBE, em seu Anexo II, institui que “o contato das crianças com a literatura (...) deve promover momentos de alegria, de fantasia, de desafios para a imaginação e para a criatividade, de troca e de experiência com a linguagem escrita” (p. 22).

Outra questão que favoreceu a escolha de *A fada enfadonha* foi o jogo fonético que permeia a obra: ela aproxima-se da poesia e traz rimas e ritmo. Trechos como “*fada frustrada com os próprios feitiços, que acha enfadonho magia sem sonho (...)*”, além do próprio título escolhido, são ótimos exemplos de como é feito esse jogo fonético ao longo do livro. Essa característica agrega valor literário e dá movimento e fluidez ao texto, mesmo nas passagens em que as palavras são mais longas ou mais difíceis.

Após a fase de seleção, teve início uma série de reuniões com a autora para que fosse definido como a obra seria dividida, quantas ilustrações seriam necessárias e que tipo de ilustrações seria adotado. Sendo formada em artes plásticas, a autora é também a ilustradora, o que facilita a união entre as duas linguagens contidas no livro infantil: a textual e a imagética.

Uma revisão ortográfica preliminar da obra foi realizada (ver apêndice I) no intuito de simplificar o texto em alguns pontos e deixá-lo mais condizente com a faixa etária a que se destina, isto é, entre 5-7 anos (podendo estender-se até os 9 anos), quando em geral é feita a leitura compartilhada com os pais e/ou o professor.

Sabemos que essa divisão por faixas etárias, comum no mercado editorial, pode não corresponder exatamente à individualidade de cada criança. Pesquisadores do aprendizado infantil apontam que esse não é um processo estanque; ao contrário, o convívio social e o ambiente em que a criança vive pode estimular ou recrudescer seu desenvolvimento. Vygotsky (*apud* OLIVEIRA, 1991, p. 27) afirma, inclusive, que são

os estímulos externos que tornam o aprendizado significativo. Porém, essa divisão em faixas etárias se torna necessária para facilitar o trabalho do varejista e do educador tanto no momento da transação de compra, venda e catalogação quanto no momento de escolha do modo como uma obra será trabalhada em sala de aula, assim como para que nível de ensino ela seria mais apropriada.

Uma vez escolhido e revisado o livro, definiu-se a quantidade de texto que haveria em cada página. Mais tarde, por motivos relacionados ao projeto gráfico, foi preciso alterar a disposição das páginas e decidiu-se cortar algumas frases. Os cortes foram necessários para evitar sobrecarregar a mancha gráfica, mas, além disso, também ajudaram na fluidez do texto literário. Na figura 2, segue a imagem da última ilustração ainda sem tratamento e a sugestão do corte no texto, em contraposição com a nova divisão que se fez após o corte e a inserção de mais uma imagem (figuras 3 e 4):



Figura 2 – Imagem ainda não trabalhada. Sugestão de corte.



Figura 3 – Nova disposição do texto nas páginas. Imagem já trabalhada e com corte.



Figura 4 – Nova disposição do texto nas páginas. Imagem já trabalhada e com corte.

Durante a terceira reunião com a autora, quando o projeto gráfico já alcançava sua fase final, identificou-se a necessidade de proceder com mais uma revisão. O projeto foi impresso e a impressão foi entregue à segunda revisora, que trouxe à tona diversas outras questões para as quais não se havia ainda atentado: ao contrário do que se esperava, suas sugestões foram muito mais relacionadas à simplificação do texto do que à ortografia e à gramática propriamente ditas. Sua revisão foi muito importante para este trabalho, uma vez que suscitou discussões muito pertinentes que nos fizeram reavaliar os princípios que a obra aqui produzida deveria seguir.

Para tais discussões, um novo encontro foi marcado com a autora. Ao longo dele, veio à tona a questão do quanto pode ser difícil um texto destinado ao público infantil. Foi considerado que *A fada enfadonha* tem um nível mediano de dificuldade para crianças em fase de alfabetização, trazendo palavras não tão usuais como “enfadonha”, “fadado”, “frustrada”, “espontaneamente”, “ancestral” e “antecessor”, além de utilizar linguagem metafórica. Uma vez, porém, que “autores e professores concordam que não há necessidade alguma de limitar a linguagem em textos concebidos para crianças” (HUNT, 2010, p. 47), ficou resolvido que as alterações aceitas deveriam simplificar a linguagem sem alterar a uniformidade do texto, nem sua estrutura rimada e ritmada. Sendo assim, a troca de “sementes que realizavam maçãs” por “sementes que se tornavam maçãs” foi aceita por simplificar a imagem literária sem alterar o sentido ou o ritmo. Porém, considerou-se que a repetição das palavras “fada” e “gente”, em alguns trechos, era necessária na construção do fio narrativo e na contraposição dessas duas figuras no imaginário do leitor, além de não serem prejudiciais à leitura. Foram, por causa disso, mantidas.

Também foram mantidos os trechos em que a alteração foi considerada excessivamente simplificadora. Beatrix Potter, a grande autora inglesa de livros infantis, em uma troca de cartas com seu editor, indignou-se com a sugestão de que deveria alterar seu texto para que uma criança pudesse entendê-lo. Sua resposta foi: “Serão as crianças de hoje tão menos inteligentes que seus pais? Devemos enriquecer o legado de palavras de uma criança – não diminuí-lo.” (*apud* HUNT, 2010, p. 62)

Em conformidade com o valioso argumento da autora inglesa, não foi aceita a sugestão “lembrou-se da tradição das fadas e *de uns* livros *muito* antigos que ensinavam fadas tristes (...)”, mantendo-se o original “lembrou-se da tradição das fadas e *dos* livros *ancestrais* (*de fadas antecessoras*) que ensinavam fadas tristes (...)”, pois considerou-se

que estaria muito mais apto a enriquecer o vocabulário das crianças do que a versão modificada. Na mesma lógica, foi mantida a metáfora “E tecendo pensamentos, tecia realidade...”, que a revisora sugerira cortar por ser de difícil entendimento para crianças da faixa etária a que o livro se destina. Porém, pensando o texto, assim como a ilustração (figura 5), como um portal que leva a diversas interpretações possíveis, foi decidido junto à autora que a frase poderia permanecer sem que fosse prejudicial ao sentido, uma vez que seu significado é explicado em outras passagens da obra. Além disso, entendeu-se não ser necessário que a criança alcançasse completamente o sentido metafórico, sendo-lhe dada a liberdade de trazer novas significações ao livro.

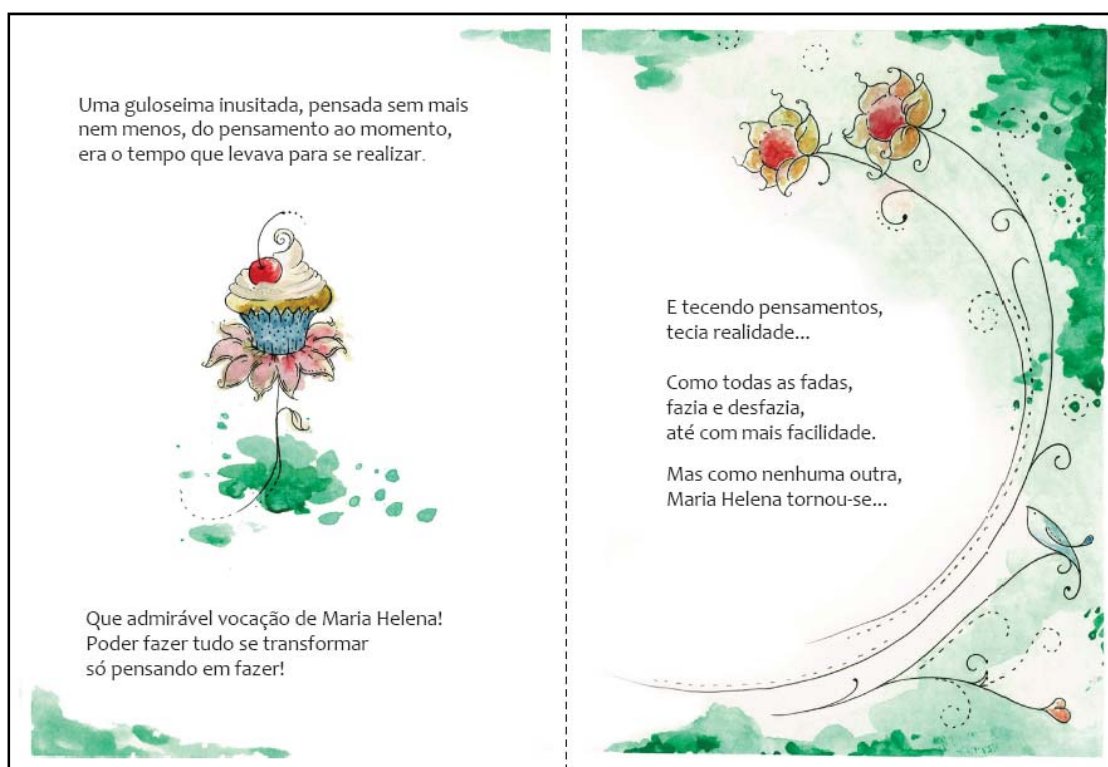


Figura 5 – O texto e a ilustração como um portal que leva a diversas interpretações possíveis

4.2. O projeto gráfico

O projeto gráfico de *A fada enfadonha* foi pensado de forma a respeitar os limites impostos pelo edital do PNBE. Após as primeiras reuniões com a autora, em que foi decidida a divisão do texto, ela procedeu, ao longo de um ano, com a feitura das ilustrações em aquarela. Uma vez que o projeto ainda estava em fase inicial e devido a minha inexperiência, não foi dada à autora/ilustradora do livro infantil nenhuma instrução sobre as ilustrações. Mais tarde, ficou claro que teria sido possível decidir o formato antes de os desenhos ficarem prontos, assim como poderiam ter sido previstos

certos problemas com ilustrações de fundo muito claro, o que pouparia tempo durante o trabalho das imagens no Photoshop.

Quando as primeiras ilustrações ficaram prontas, buscou-se fazer uma montagem preliminar no InDesign, e duas questões se impuseram. A primeira era relativa ao formato: a maioria das aquarelas eram verticais, o que impossibilitava um formato menos convencional como o quadrado. Além disso, as ilustrações foram feitas em folhas de tamanho A4, o que também dificultava a ampliação para um tamanho maior. Buscando um formato que possibilitasse o menor custo possível e o menor desperdício de papel, decidiu-se, portanto, que o livro teria o formato 16x23, bastante convencional na indústria editorial e grande o suficiente para um livro infantil.

A segunda questão que se impôs com a chegada das ilustrações foi referente à colocação das aquarelas nas páginas: nem todas as imagens casavam completamente com o texto (ver montagem preliminar no apêndice II). Por conta disso, foi feita uma nova divisão do texto literário, levando-se em conta as imagens faltantes e o número necessário de cadernos. Com a falsa folha de rosto, a folha de rosto e as informações sobre a autora/ilustradora (elemento essencial para o PNBE), o livro deveria ter um total de 32 páginas, o que corresponde a dois cadernos de 16 páginas ou a 4 cadernos de 8 páginas. Portanto, novas ilustrações foram encomendadas à autora, e mais tarde um novo encontro foi agendado para que as imagens fossem trabalhadas e para que outras questões fossem resolvidas. Quando o número de desenhos em aquarela estava completo, uma terceira questão se impôs no projeto gráfico. Alguns conjuntos de páginas haviam ficado apenas com ilustrações de página inteira, e isso estava pesando o projeto e impossibilitando a colocação do texto sobre a imagem de forma legível. Para sanar o problema, buscou-se diminuir as ilustrações e fazer caber o texto na parte branca da página, o que não resultou em uma solução satisfatória:



Figura 6 – Conjunto de páginas com ilustrações grandes

Na intenção de arejar as páginas do projeto, a solução encontrada foi redividi-lo em alguns pontos, a fim de que as ilustrações mudassem de posição e se recombinaassem com outras menos pesadas. Por conta disso, novas ilustrações foram necessárias. Dessa vez, porém, levou-se em conta o balanceamento das páginas, e foi recomendado à autora/ilustradora que fizesse apenas alguns elementos que se relacionassem com a ilustração maior e deixassem espaço para o texto:



Figura 7 – Redivisão das páginas para “arejar”.



Figura 8 – Redivisão das páginas para “arejar”.

No caso da Figura 8, uma nova alteração seria incluída já bem no final do projeto: a revisora sugerira que a fada estava sempre muito solitária ao longo do livro e, mesmo com referências a pessoas no texto, nunca uma ilustração a mostrava ao se relacionar com outras crianças. A solução para esse problema partiu dela própria: por que não inserir crianças na imagem do bolo? O resultado pode ser conferido na Figura 9, que segue:



Figura 9 – Fada com crianças.

A redivisão do texto gerou uma alteração no número de páginas que impossibilitou a manutenção da chamada falsa folha de rosto, que estava prevista anteriormente. Caso fosse decidido mantê-la após a reorganização das páginas, seria necessário aumentar o número de cadernos, o que geraria um aumento desnecessário no custo final da obra.

A retirada da falsa folha de rosto renderia a possibilidade de gerar uma dupla de páginas a mais. Havia, porém, mais um conjunto de ilustrações com o mesmo problema:



Figura 10 – Conjunto de páginas com ilustrações grandes

Para solucioná-lo sem que fosse necessário aumentar o número de cadernos, decidiu-se alterar a imagem da página par – que era a única que possibilitava tal alteração –, com a retirada do fundo cinza. Assim, as duas páginas se harmonizaram melhor e o texto coube naturalmente no espaço gerado:



Figura 11 – Solução encontrada.

Feitas essas alterações, certificou-se de que todo o projeto estivesse balanceado, e definiu-se que, onde houvesse uma ilustração de página inteira, a página que a acompanhasse levaria uma ilustração menor e todo o texto.

A colocação do texto nas páginas também buscou estabelecer algum equilíbrio. Para definir tais questões, os conhecimentos da autora em técnicas artísticas foi essencial, uma vez que frequentemente recorreu-se a ela e a Ricardo Bresciani, seu marido, para definir o balanceamento das páginas e garantir a uniformidade do projeto. Assim, sempre que foi possível, decidiu-se que a posição do texto seria espelhada na página. Na figura 12, percebe-se que o texto da página par foi alinhado à esquerda, enquanto o texto da página imediatamente seguinte vai alinhado à direita. Na figura 13, o texto da página par está alinhado à direita, mas a posição da própria imagem tende à esquerda.

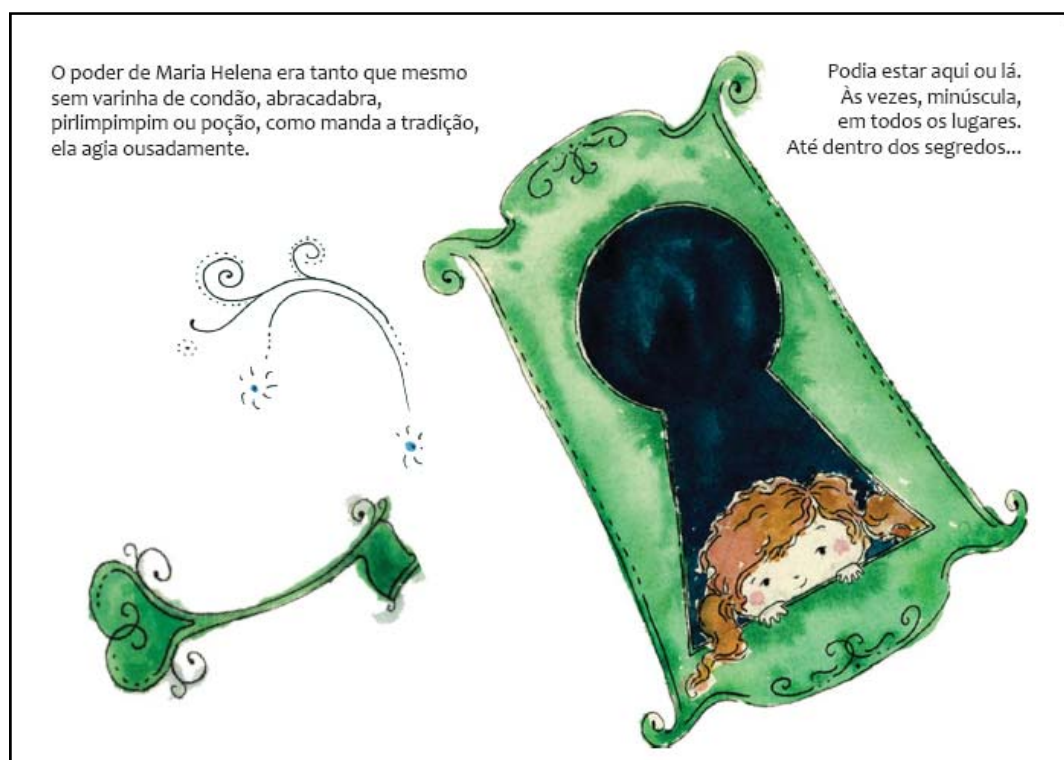


Figura 12 – Equilíbrio das páginas.



Figura 13 – Equilíbrio das páginas

Assim, buscou-se neste projeto equilibrar tanto o texto com a imagem quanto o texto com o próprio texto da página seguinte, de forma a tornar as páginas leves e a leitura agradável.

A escolha da fonte também partiu do pressuposto do balanceamento do projeto gráfico. Desde o início, buscou-se uma fonte sem serifa. Esse tipo de fonte predomina em projetos de livros infantis e torna a página mais leve. Ao mesmo tempo, havia uma preocupação com o padrão da entreletra e com o formato da letra, de forma que a fonte escolhida fosse o mais legível possível. A fonte Candara adequou-se perfeitamente ao que buscávamos. Uma vez que Anna Rennhack, em entrevista para este trabalho, havia dito que o corpo mínimo para livros destinados a crianças em idade de alfabetização é 18, foi este o corpo escolhido. Não se optou por um corpo maior apenas por uma questão de pesar o projeto; além disso, a quantidade de texto determinada para algumas páginas precisaria ser redividida se essa opção fosse feita.

Para a capa, tinha-se a intenção de criar uma nova ilustração, de forma a não repetir um desenho do miolo. Além disso, havia a insegurança de que mostrar a protagonista com expressão entediada pudesse diminuir/ afastar o público. Dessa forma, primeiro tentou-se ilustrá-la fazendo magia, conforme é possível ver na figura 14:



Figura 14 – Primeira ilustração para a capa (escaneamento ruim).

Infelizmente, o escaneamento feito para esta imagem não foi bom, e não é fiel à beleza da pintura. A ilustração, porém, mostrou-se pouco atraente para os fins a que se destinava e parecia fugir ao tema do livro. Além disso, o tom verde que Ludmila havia dado ao fundo não me satisfez; pareceu-me que o verde se repetia em excesso ao longo do livro, e por isso orientei-a a buscar outras cores para a capa.

A segunda ilustração feita pela autora não possuía nenhuma cor de fundo:



Figura 15 – Segunda ilustração para a capa

Porém, ao avaliarmos como ficaria a construção da capa como um todo, percebeu-se que, mostrando a fada circulada por elementos mágicos, a ilustração limitava a estética e as possibilidades da primeira capa. Além disso, fazia com que a contracapa tivesse de ser construída por si mesma, sem nenhum elemento que ligasse a capa à contracapa. A primeira tentativa de montagem gerou o seguinte resultado:

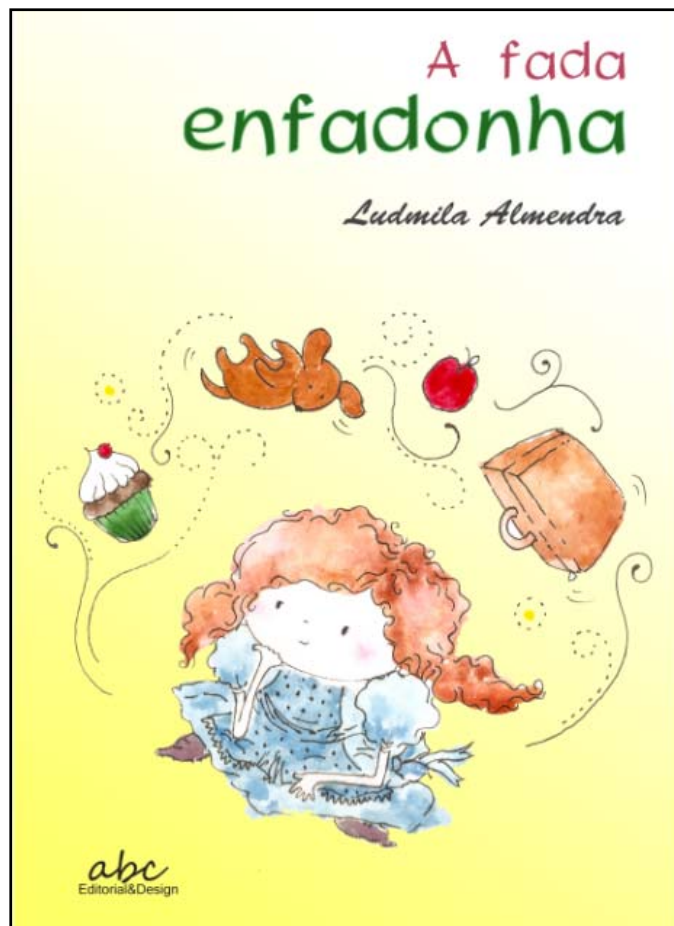


Figura 16 – Primeiro teste para a capa.

Essa solução não nos satisfaz esteticamente. A capa parecia a de um livro feito em linha de montagem, e queríamos exatamente o contrário disso. Queríamos um livro que se impusesse por sua qualidade artística. Pensando nisso, sugeri a Ludmila que a protagonista deveria ser inserida em um ambiente, que a ilustração deveria ser colorida e valorizar a capa por si só. Buscando solucionar o problema de tempo para fazer uma nova ilustração, aproveitou-se uma imagem do miolo do livro, em que aparecia o quarto da fada e, com algumas alterações, foi feita uma montagem no Photoshop utilizando o desenho da fada mostrado na figura 15 e o novo ambiente. Por sugestão da autora, os elementos mágicos foram colocados na contracapa, e, com alguma mudanças, as linhas que os circundam foram estendidas até o alto da cabeça da protagonista, numa tentativa de dar a entender que tudo aquilo se relacionava a ela e fluía dela. O resultado foi o seguinte:



Figura 17 – Segundo teste para a capa

O interessante a notar nas duas tentativas de capa é que, em ambas, a fonte e as cores da fonte utilizadas no título foram aquelas previamente escolhidas e inseridas na folha de rosto. A fonte utilizada foi a FZ HAND 21, e seu formato levemente torto traz um sentido bem-vindo de irreverência. As duas cores foram escolhidas exatamente para ampliar o contraste entre as palavras: *A fada* em corpo menor e cor-de-rosa se relaciona com os contos de fada e com tudo aquilo que eles representam em nossa sociedade. *Enfadonha* destacado em um corpo maior, na cor verde, busca trazer um pouco do sentido da palavra à tona, mas sempre de forma divertida. As duas cores também foram escolhidas por se repetirem ao longo da obra, e foram inclusive retiradas de ilustrações. Coincidentemente, na ilustração definitiva da capa também há elementos dessas mesmas cores, que criam um paralelismo com as cores do título e torna o conjunto da capa muito mais atraente.

Uma vez alcançado esse resultado, a decisão que precisou ser tomada foi se seria ou não colocada uma cor de fundo na capa. Sendo um livro infantil, a ideia geral é a de que quanto mais colorido, melhor. Porém, temíamos que a imagem em aquarela parecesse recortada num fundo de cor digital, e chegamos a cogitar pintar um fundo em aquarela que pudesse ser inserido na capa. Antes que isso fosse feito, contudo, alguns testes foram realizados com diferentes cores:



Figura 18 – Teste com amarelo.



Figura 19 – Teste com rosa.

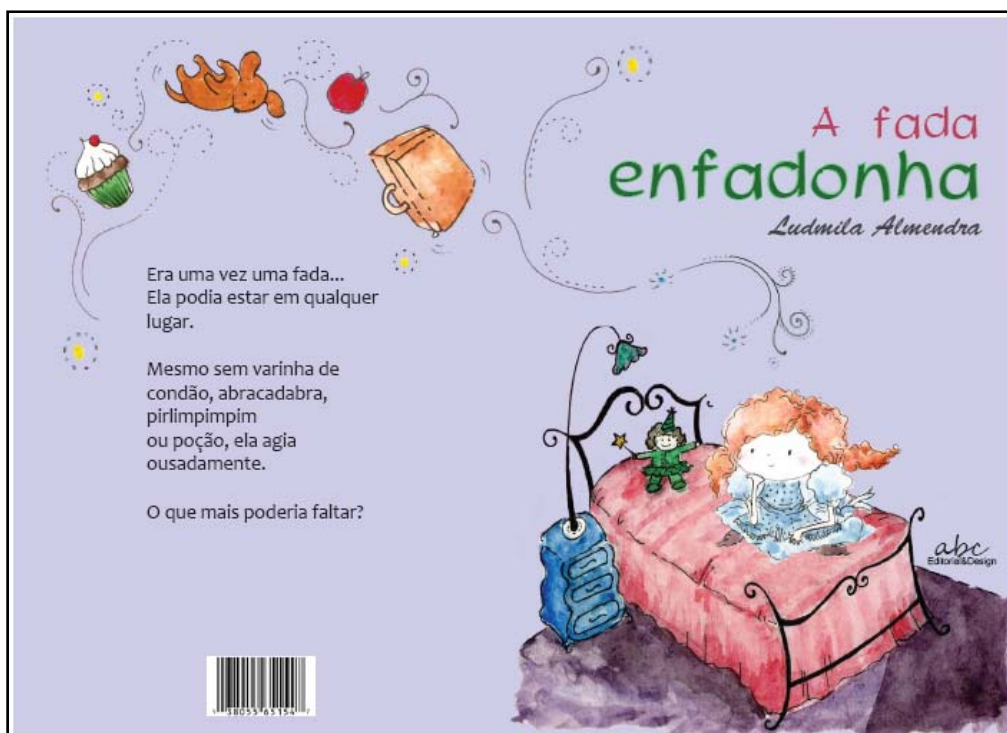


Figura 20 – Teste com azul.

Feitos esses testes, as cores rosa e lilás se sobressaíram. Uma vez que a cor rosa é muito direcionada ao público feminino, e não havia a intenção de determinar, desde a capa, um público tão específico para o livro, a autora sugeriu uma variação que destacava os rosas da capa sem que fosse necessário haver um rosa ao fundo: era um meio-termo entre os fundos rosa e azul:

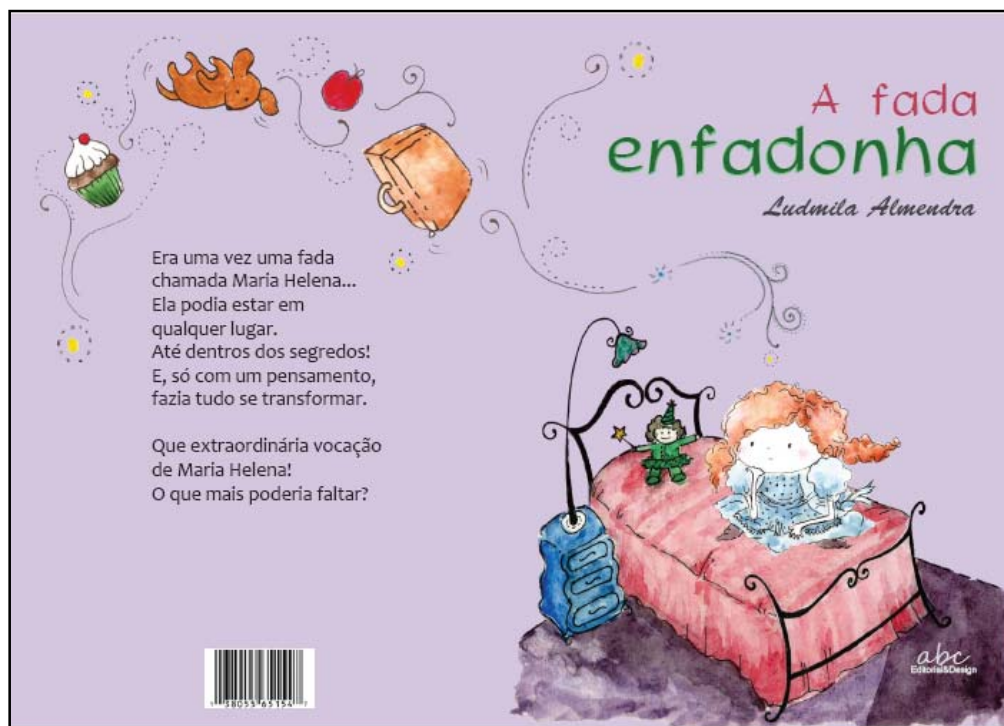


Figura 21 – Solução com roxo.

Além disso, a cor e a posição da logo foram alteradas, e um novo texto de contracapa foi escrito, uma vez que o antigo ainda não havia sido considerado satisfatório. Com todas as alterações realizadas, acreditamos que o resultado final da capa ficou bastante coerente com nossa proposta, que era a de passar a ideia de um livro com qualidade artística.

4.2.1 Orçamentos

A *fada enfadonha* foi orçado nas gráficas Walprint, JSholna e Viena, do Rio de Janeiro; e Grafnorte, de São Paulo. A primeira a retornar o contato foi a Walprint. Ainda no início do processo editorial, pensava-se em papel 90 ou 115g/m² para o miolo. Nesse primeiro momento, também foram consideradas apenas tiragens de 2.000 ou 3.000 exemplares.

Para a Walprint, foram feitos os pedidos, portanto, dos seguintes orçamentos:

Orçamento 1, Walprint: miolo 90 g/m², grampo.

Configuração: formato aberto 32,1 x 23 e formato fechado 14 x 23.

- Capa: 4 págs, 4x4 cores, em Duo Design LD 300g/m². Acabamentos: prova digital alta, corte inicial, laminação brilho frente, vincado.
- Miolo: 32 págs, 4x4 cores, em couché brilho importado – LD 90g/ m². Acabamentos: prova digital baixa, corte inicial, dobrado, 2 grampos tipo canoa, prova digital alte de 32 páginas.

Tiragem	Valor unitário	Valor total
2.000	R\$2,240	R\$4.480,00
3.000	R\$1,793	R\$5.380,00

Orçamento 2, Walprint: miolo 115 g/m², grampo.

Configuração: formato aberto 32,1 x 23 e formato fechado 14 x 23.

- Capa: 4 págs, 4x4 cores, em Duo Design LD 300g/m². Acabamentos: prova digital alta, corte inicial, laminação brilho frente, vincado.

- Miolo: 32 págs, 4x4 cores, em couché brilho importado – LD 115g/m².
Acabamentos: prova digital baixa, corte inicial, dobrado, 2 grampos tipo canoa, prova digital alta de 32 páginas.

Tiragem	Valor unitário	Valor total
2.000	R\$ 2,275	R\$ 4.550,00
3.000	R\$ 1,877	R\$ 5.630,00

Uma vez avaliados esses dois orçamentos, foi considerado que o preço de custo para a impressão em altas tiragens estava muito bom. Também percebemos que a diferença de valor entre o papel 90 e 115g/m² não compensava a perda de qualidade que a escolha de uma gramatura mais baixa acarretaria. Pensando sempre na melhor qualidade do produto, foi então que se resolveu fazer o pedido de orçamento também para a gramatura 150g/m², que propiciaria um melhor acabamento de lombada (para o caso de decidirmos por lombada quadrada, também não orçada na Walprint), além de diminuir a transparência entre as páginas e de aumentar a resistência do produto. Já com essas alterações em mente, recebemos o orçamento da gráfica JSholna, de muito boa reputação no mercado:

Orçamento 3, JSholna: miolo 115 g/m², lombada costurada e colada.

Configuração: formato aberto 32 x 23 e formato fechado 14 x 23.

- Capa: Lombada, formato 32,2 x 23 em Cartão Supremo LD 300g/m², 4/0 cores. Acabamentos: Laminação Brilho Frente (Capa Lomb.), Corte e Vinco (Capa Lomb.), Dobrado (Miolo), Alceado, Costura, Lombada colada, CTP com Prova Digital (Miolo, Capa Lomb.), Faca Especial (Capa Lomb.), Filme p/ Faca (Capa Lomb.)
- Miolo: 32 págs. em Couchê Matt LD 115 g/m², 4x4 cores

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 7,60	R\$ 3.800,00
1.000	R\$ 4,30	R\$ 4.300,00
2.000	R\$ 2,80	R\$ 5.600,00

Orçamento 4, JSholna: miolo 150 g/m², lombada costurada e colada.

Configuração: formato aberto 32 x 23 e formato fechado 14 x 23.

- Capa: Lombada, formato 32,2 x 23 em Cartão Supremo LD 300g/m², 4/2 cores. Acabamentos: Laminação Brilho Frente (Capa Lomb.), Corte e Vinco (Capa Lomb.), Dobrado (Miolo), Alceado, Costura, Lombada colada, CTP com Prova Digital (Miolo, Capa Lomb.), Faca Especial (Capa Lomb.), Filme p/ Faca (Capa Lomb.)
- Miolo: 32 págs. em Couchê Matt LD 150 g/m², 4x4 cores

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 8,37	R\$ 4.185,00
1.000	R\$ 4,90	R\$ 4.900,00
2.000	R\$ 3,09	R\$ 6.180,00

Apesar de também ter sido requisitado à JSholna o orçamento do livro com grampo e capa 4/1 e 4/4, apenas os dois orçamentos acima foram apresentados pela gráfica. Neles, também é possível perceber que o grande determinante do preço do produto é a tiragem: quanto maior o número de livros impressos, menor o preço unitário.

A Viena Gráfica & Editora seguiu o mesmo padrão:

Orçamento 5, Viena: miolo 115 g/m², grampo.

Características do produto: Medida 16x23 – Capa 4x0 – Supremo 250 gr – Bopp Brilho – Miolo 4x4Cor – Couche Brilho 115gr – 32 Páginas – Grampo

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 6,16	R\$ 3.080,00
1.000	R\$ 3,64	R\$ 3.640,00
2.000	R\$ 2,28	R\$ 4.560,00

Orçamento 6, Viena: miolo 115 g/m², lombada fresada e colada.

Características do produto: Medida –16x23 cm – Capa 4x0 Cores Supremo 250gr – Bopp Brilho - Miolo 4x4 cor Couché Brilho 115gr – 32 Páginas – Fresado e Colado

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 6,30	R\$ 3.150,00
1.000	R\$ 3,76	R\$ 3.760,00
2.000	R\$ 2,40	R\$ 4.800,00

Para a gráfica Viena, também havia sido pedido o orçamento com a variação 4/4 para o verso da capa. Porém, pelo que entendi ao conversar ao telefone com a atendente, eles não têm este tipo de opção. Nos orçamentos 5 e 6, fica evidente que a economia gerada pela utilização do grampo em vez de lombada não vale o custo benefício. O livro com lombada quadrada é muito mais resistente do que o que é feito com lombada canoa, além do fato de a lombada quadrada ser mais bonita e bem-vista no mercado.

A Grafnorte, de São Paulo, também enviou orçamentos para lombada costurada e grampeada:

Orçamento 7, Grafnorte: miolo 145 g/m², colado e costurado.

Características do produto: 32 pág, medida aberta de 32 x 23 e fechada de 16 x 23, dobrado, CTP, prova digital reduzida, colado e costurado. Impresso em: capa Supremo 300g/m² Suzano 32 x 23 a 4/4 cores; miolo de 32 pág, couché B. 145g/m², 23 x 16 a 4/4 cores.

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 8,20	R\$ 4.100,00
1.000	R\$ 4,55	R\$ 4.550,00
2.000	R\$ 3,20	R\$ 6.400,00

Orçamento 8, Grafnorte: miolo 145 g/m², grampeado.

Características do produto: Características do produto: 32 pág, medida aberta de 32 x 23 e fechada de 16 x 23, dobrado, CTP, prova digital reduzida, intercalado, grampeado. Impresso em: capa Supremo 300g/m² Suzano 32 x 23 a 4/4 cores; miolo de 32 pág, couché B. 145g/m², 23 x 16 a 4/4 cores.

Tiragem	Valor unitário	Valor total
500	R\$ 6,72	R\$ 3.360,00
1.000	R\$ 3,89	R\$ 3.890,00
2.000	R\$ 2,48	R\$ 4.960,00

Como podemos perceber por meio desses orçamentos, os valores da gráfica Viena são consideravelmente mais baixos do que os enviados pelas outras gráficas, o que causa certa desconfiança com relação ao material e ao tipo de trabalho utilizado e produzido pela empresa. Os custos da Walprint também ficaram um pouco abaixo da média – se considerarmos apenas os custos de lombadas canoa (grampo) das outras gráficas –, mas ainda estão mais dentro do esperado do que os da Viena.

Levando-se em consideração todos os orçamentos, chegou-se à conclusão de que o melhor custo-benefício para o projeto seria a produção com couché brilho 150 g/m², lombada quadrada (costurada ou colada, ou ambos). Uma vez que tanto a Walprint quanto a JSholna ofereceram laminação brilho na capa sem grandes aumentos no valor dos custos em relação ao das outras gráficas, também ficou resolvido que a laminação seria inserida no projeto de capa.

5. Considerações finais

Uma vez que a escola é um dos maiores canais de venda de livros, fala-se muito, nos dias de hoje, do papel das editoras na moralização da literatura infantil. Para muitos críticos, no intuito de agradar as instituições de ensino, a tendência editorial é produzir livros que atendam apenas à demanda escolar:

é preciso reconhecer que boa parte da indústria editorial pretende produzir apenas uma ficção que seja palatável às escolas. O resultado disso tem sido o surgimento de livros emasculados, muitas vezes utilitários, sempre ‘politicamente corretos’, incapazes de transgredir, incapazes de trazer novas ideias ou de inovarem, pois tudo isso poderia não ser aceito pela escola. (AZEVEDO, 2001, p.5)

Reconhecendo-se que, como indústria, o maior interesse das editoras é vender suas obras, e imaginando, tal qual Lobato, o livro como um produto qualquer, ainda assim essa tendência a culpar o mercado editorial pela diminuição da “literariedade” das obras infantis torna-se um contrassenso. Afinal, como definir se é a sociedade que determina o mercado, ou se é o contrário? Foram as editoras que primeiro produziram livros educativos para oferecer às escolas; ou elas simplesmente perceberam uma tendência das escolas em escolher esses livros? Como determinar de quem é a culpa, se é que existe um culpado?

Pela visão do mercado, que precisa sobreviver em um mundo de não tantos leitores, é importante que o livro chegue às mãos das crianças. E é importante também fomentar novos leitores. O livro na prateleira não exerce esse papel. A editora precisa produzir aquilo que está de acordo com as práticas sociais e culturais vigentes, precisa garantir que seu produto tenha chances de competir entre as outras obras e que, sobretudo, possa ser adotado, educar, transformar. Precisa gerar leitores e lucrar com isso. Monteiro Lobato, um dos maiores vendedores de livros no Brasil, já dizia: “Só procuro isso: que interesse as crianças” (*apud* PAIXÃO, p. 54).

Uma vez que o próprio conceito de literatura infantil nasceu com uma função social, que é a de inculcar valores e a de ensinar a linguagem, acusar obras que tenham finalidade didática de serem literariamente inferiores vai contra toda essa tradição. Os clássicos da literatura universal destacam-se exatamente pela maestria de seus autores ao mesclarem linguagem, enredo, ritmo e fundamentos morais. Assim são *Chapeuzinho vermelho*, *Os três porquinhos* e tantos outros.

Pinóquio, uma das maiores obras da literatura italiana, assim como outros clássicos destinados ao público infantil, é um livro que traz uma moral bem definida.

Mesmo nas adaptações que mais tarde foram feitas, é possível identificar os valores que a história original busca ensinar às crianças: não saia sozinho, não converse com estranhos e, sobretudo, não minta. O fundo moral e o conteúdo didático são, portanto, parte importante da obra, e isso não diminui seu engenho literário e sua qualidade artística. Ao contrário, torna mais interessante a forma como Collodi lidou com todas essas questões em seu livro, tornando seu texto ainda mais atraente aos pequenos de sua época – e, adaptado, aos pequenos de muitas outras.

Peter Hunt, grande teórico contemporâneo da crítica literária infantil, afirma que

do ponto de vista histórico, os livros para criança são uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica; do ponto de vista contemporâneo, são vitais para a alfabetização e para a cultura, além de estarem no auge da vanguarda da relação palavra e imagem das narrativas, em lugar das palavras simplesmente escritas. (HUNT, 2010, pág. 43)

É inerente, portanto, à literatura infantil, a contribuição que deve dar à sociedade, à alfabetização e à cultura. Nos dias de hoje – em que as crianças lidam o tempo todo com as imagens, seja pela televisão, pelos jogos de computador ou pela própria relação que se instituiu, a partir dos avanços tecnológicos, com a fotografia digital – esse tipo de literatura deve trazer um comprometimento ainda maior com o leitor, que é o de estimulá-lo a novas interpretações a partir não só das palavras, mas também das imagens.

No que se refere ao PNBE, que, atualmente, é um dos maiores clientes do mercado editorial brasileiro, é interessante observar que a postura analisada no edital 2012 não condiz com as críticas relacionadas à didatização da literatura infantil pelo mercado. O critério de exclusão das obras pelo governo refere-se exatamente àquelas que apresentam um conteúdo moral e educativo, não podendo ser classificadas como “literatura”. Isso desconstrói todo o discurso de que é por causa da força compradora da escola que grande parte dos livros publicados pelas editoras pode ser classificada como educativa. E gera uma pergunta: se a escola não quer esse tipo de livro, qual é a vantagem, para a editora, de produzi-lo?

Fábio Sá Earp (2005, p. 14), em seu *A economia da cadeia produtiva do livro*, destaca que “o problema básico da economia do livro é (...) um descompasso entre a imensa oferta global e a limitadíssima capacidade de absorção do leitor individual.” Uma vez que o produto livro é um bem de produção barata, a opção das editoras é publicar a maior variedade de obras possível, e assim alcançar o maior número de

leitores. Para Earp (2005, p. 14), “as editoras proliferam, gerando uma imensa riqueza cultural que será transformada em renda se – e somente se – cada uma de suas publicações conseguir encontrar (...) três mil consumidores dispostos a comprá-la”.

Dessa forma, entendemos que as editoras trabalham com a variedade, buscando atingir o maior público possível, através de nichos de mercado que determinam aquilo que pode ou não alcançar o número de três mil compradores. Isso significa que sua produção infantil deve englobar livros com e sem fundo moral, de autores consagrados e iniciantes, didáticos e literários, e, acima de tudo, livros de todas as qualidades de literatura.

Laurence Hallewell (1985, p.591), em *O livro no Brasil*, cuja primeira edição é de 1982, explica que, “no que diz respeito à variedade [dos livros para crianças], a produção tem mostrado um aumento bastante satisfatório no correr da última década”. Melhor ainda, “a qualidade [da literatura infantil brasileira] é bastante boa, e uma matéria (...) menciona 15 importantes autores que escrevem regularmente para crianças em português do Brasil. Um deles, Lygia Bojunga (...), ganhou prêmios internacionais”. Disso, depreendemos que o problema do baixo número de leitores mirins que leem por fruição não se deve exatamente à pouca qualidade artística e literária das obras publicadas, ou à didatização da literatura infantil, mas a um problema estrutural do Brasil, que vem de suas raízes históricas e deve-se muito à falta de uma tradição da leitura, a qual o governo vem buscando sanar através de programas como o PNBE.

A questão da avaliação do didatismo e da qualidade literária de uma obra, apesar de ser cada vez mais habitual nos debates acadêmicos, implica em cair em juízos de valor que acabam por corromper a importância do tema da educação infantil. Um livro na mão de uma criança é sempre um livro. Sabemos, contudo, que um livro que estimule sua imaginação, que traga metáforas e trabalhe dialogicamente tem mais chances de fidelizar e, sobretudo, transformar o leitor. Apesar disso, descobrir até que ponto uma obra pode se encaixar mais ou menos nessa descrição é tarefa difícil de empreender, ainda mais quando sabemos que a leitura é uma ação individual – e, como objeto individual, cada livro e cada palavra trazem a cada criança uma significação e uma compreensão diversas.

Apesar de seguir à risca as regras impostas pelo edital de 2012 do PNBE, e de levar em consideração o testemunho de Patrícia Corsino e Ludmila Andrade, que participaram do grupo avaliador do PNBE 2005, buscou-se manter a identidade de *A fada enfadonha*. De forma coerente com o discurso aqui defendido, entendeu-se que

restrições como “qualidade literária” eram por demasiado abstratas e dependiam muito mais do juízo de valor do avaliador do que dos poucos padrões determinados no edital. Portanto, seguindo o valioso conselho de Anna Rennhack, entrevistada para este trabalho, buscou-se seguir o bom-senso, de forma a manter a originalidade da obra, empreendendo as alterações textuais necessárias apenas para uma fluidez melhor do texto.

A produção do projeto gráfico foi sem dúvida o maior desafio enfrentado neste trabalho de conclusão de curso. Tanto que, após solucionar todos os empecilhos aqui demonstrados, uma nova questão se imporia no momento da impressão da obra.

Tendo pensado primeiramente em encadernar *A fada enfadonha* com grampo, por causa da análise dos orçamentos recebidos, decidiu-se mudar a encadernação para lombada quadrada. Porém, não se levou em consideração que isso deveria alterar em alguns pontos o miolo do projeto. Por isso, ao receber a prova de prelo, foi observado que a margem interna era insuficiente, de forma que tanto o texto quanto algumas imagens acabaram ficando por demais próximas da costura. Foi preciso, portanto, alterar o projeto com relação às margens já no último estágio da produção, o que acarretou numa perda de tempo e de dinheiro desnecessárias, uma vez que mais uma prova de prelo teve de ser encomendada para garantir que as alterações feitas seriam suficientes.

Outra questão observada na primeira prova de prelo foi a necessidade de colocação de alguma laminação na capa para fins de proteção e de acabamento. Sem ela, a capa perde qualidade e não tem a mesma visibilidade. E essas duas características são essenciais na disputa tanto por um espaço nas prateleiras das livrarias quanto para a exigente avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola, com base no qual este projeto foi produzido.

Referências bibliográficas:

- AMORIM, Galeno (org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto pró-livro, 2008.
- ANDRADE, Ludmila Thomé de; CORSINO, Patrícia. “Critérios para a constituição de um acervo literário para as séries iniciais do ensino fundamental: o instrumento de avaliação do PNBE 2005”. Em: CORRÊA, H.; MARTINS, A.; PAIVA, A.; PAULINO, G. e VERSIANI, Z. (Orgs). *Literatura: saberes em movimento* (pp. 79-91). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- AZEVEDO, Ricardo. Aspectos da literatura infantil no Brasil, hoje. Palestra feita no I Salão do Livro – Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa Secretarias de Cultura do Município e do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte – 15 de agosto de 2000. Mesa redonda sobre Literatura Infantil: *Revista Leitura*, Belo Horizonte, número 15. Biblioteca Infantil de Belo Horizonte. Abril de 2001. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/palestras.htm>. Acesso em 06/11/2011.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERENBLUM, Andréa. *Por uma política de formação de leitores / elaboração Andréa Berenblum, Jane Paiva*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BIASIOLI, Bruna Longo. *As interfaces da literatura infanto-juvenil: panorama entre o passado e o presente*. In: Terra roxa e outras terras, Revista de estudos literários, Volume 9, 2007.
- CAVÉQUIA, Marcia A. Paganini. *Breve panorama da literatura infantil e juvenil no Brasil*. Disponível em: <http://www.abrale.com.br/biblioteca/Breve%20panorama%20da%20Literatura%20Infantil%20e%20Juvenil%20no%20Brasil.pdf>. Acessado em 05/11/2011.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 1-22.

- EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- FEIJÓ, Mário. “Didáticos: produtos desde a origem do negócio do livro”. Texto produzido para a aula de Seminário em Comunicação – Livro Didático da Escola de Comunicação/UFRJ, 2008.
- _____. “Uma indústria no Brasil – os pioneiros e a nacionalização do livro escolar”. In: *Adaptações de clássicos literários brasileiros: paráfrases para o jovem leitor*. Dissertação de mestrado defendida em 20 de agosto de 2002, PUC-Rio.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. Trad. de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. SP: Edusp, 1985.
- HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. SP: Cosac Naify, 2010.
- OLIVEIRA, Lívio Lima de. *Indústria editorial e Governo Federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. SP: 2008.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. *O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça*. In: Revista Brasileira de Educação, 1999, número 11. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbe_digital/RBDE11/RBDE11_07_ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA.pdf. Acessado em: 01/10/2011
- PAIXÃO, Fernando (coord.). *Momentos do livro no Brasil*. SP: Ática, 1996.
- MEC – Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=195:seb-educacaobasica&id=12516:pnbe&option=com_content&view=article . Acessado em 06/09/2011
- PINTO, Ana Carla de Sousa Santos. *O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e sua importância para as editoras*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ: 2008.
- SOARES, Wander. *A solução está na escola*. Disponível em http://www.vivaleitura.com.br/artigos_show.asp?id_noticia=6. Acessado em 01/10/2011

TIL, Sheila. *A criança e o livro no contexto social*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ: 2006.

YUNES, Eliana. *Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados*. Curitiba: Aymar, 2009.